

Ministério de Minas e Energia
Assessoria de Comunicação Social - ASCOM

Sumário

VEÍCULO: O Globo.....	2
Título: Calote bilionário.....	2
VEÍCULO: O Estado de S. Paulo.....	3
Título: Megaleilão do pré-sal será antecipado.....	3
Título: Governo critica plano do Rio de mudança do cálculo de royalties.....	5

VEÍCULO: O Globo**Seção: Economia****Autor: João Sorima Neto****Título: Calote bilionário**

Um ano após estado de emergência, Venezuela ainda deve quase US\$ 6 bi a empresas brasileiras.

A decisão do presidente da Venezuela, Nicolás Maduro, de decretar "estado de emergência na economia" deixou um rastro de problemas para os exportadores brasileiros, que enfrentam dificuldade para receber por suas vendas e, em muitos casos, levaram calote. Um levantamento do coordenador do MBA de Relações Internacionais da Fundação Getúlio Vargas, Oliver Stuenkel, aponta que as empresas brasileiras tinham ao menos US\$ 6 bilhões a receber em contratos já fechados para os próximos anos antes da entrada em vigor do estado de emergência, em janeiro do ano passado (e que já foi renovado em 2017). Os efeitos já são visíveis no fluxo comercial, que recuou ao menor nível desde 2003: passou de pouco mais de US\$ 6 bilhões, no auge, em 2012, para US\$ 1,69 bilhão no ano passado.

QUEDA DO PREÇO DO PETRÓLEO

A BRF, dona das marcas Sadia e Perdigão e uma das maiores exportadoras de carne processada, vem reduzindo suas exportações para a Venezuela e para a região e direcionando produtos para o Oriente Médio. A Globoaves, localizada em Cascavel, no Paraná, vendia milhões de ovos férteis (já incubados) para empresas de frango da Venezuela. Mas, ultimamente, os importadores não tinham mais acesso a dólares pelo câmbio oficial para pagar as vendas.

— E só restava ir ao câmbio paralelo, pagando vinte vezes mais pelos dólares. Quem arca com a diferença? Não vamos embarcar mais ovos — diz Roberto Kaefer, presidente da empresa.

O consultor Welber Barral, ex-secretário de Comércio Exterior do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, afirma que, entre seus clientes, exportadores de alimentos e produtos de linha branca (como geladeiras) deixaram de vender para a Venezuela por causa do risco de crédito: — Os que continuam operando no país vizinho só fazem com pagamento adiantado ou carta de crédito de um banco estrangeiro, o que encarece a operação. Além disso, com vários tipos de câmbio, havia o risco de prejuízo na conversão.

A economia venezuelana encolheu mais de 10% no ano passado, o quarto ano consecutivo de recessão. Reflexo do agravamento da crise, as exportações

brasileiras para lá despencaram 57%, para US\$ 1,2 bilhão, em 2016, segundo dados do Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços. A Venezuela, que já foi o quinto principal destino dos produtos made in Brazil, em 2009, agora ocupa a 38ª posição.

Segundo os especialistas, as vendas para os venezuelanos podem encolher ainda mais este ano. A previsão do Fundo Monetário Internacional (FMI) é que a economia encolha mais 4,5%, até dezembro, o quinto ano consecutivo de recessão. Dependente da venda de petróleo, o país sofreu um duro golpe com a queda do preço do barril no mercado internacional, de US\$ 120, em 2009, para US\$ 40 no ano passado. Com essa baixa, as reservas internacionais desabaram, dificultando o acesso dos importadores à moeda americana.

As companhias aéreas brasileiras mantêm suspensos seus voos para o país desde 2016 porque há dificuldade de receber. Em nota, a Gol informou que só vai retomar a rota para Caracas quando a questão da remessa dos recursos no país for resolvida. A Latam informou que "devido ao complexo cenário macroeconômico atual que enfrenta a região, as operações serão retomadas assim que as condições globais permitirem". A empresa informou que o valor retido na Venezuela é de US\$ 175 mil, segundo dados do último balanço.

Em 2006, a Venezuela chegou a ser o principal destino das exportações de celulares brasileiros. Mas a instalação de uma fábrica chinesa no país e o agravamento da crise, com o controle cambial, foram se transformando numa barreira.

— As empresas brasileiras do setor entenderam que a máxima do comércio internacional deveria ser aplicada: é melhor não exportar do que exportar e não receber — diz Humberto Barbato, presidente executivo da Associação Brasileira da Indústria Elétrica e Eletrônica (Abinee).

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Seção: Economia

Autor: Anne Warth

Título: Megaleilão do pré-sal será antecipado

Governo prepara para novembro licitação que estava prevista para 2018; medida é para atrair gigantes do setor e obter mais de R\$ 4,5 bilhões.

O governo prepara um megaleilão de áreas exploratórias do pré-sal em novembro. Será a quarta e a maior licitação no setor de petróleo neste ano, o que, na avaliação do ministro de Minas e Energia, Fernando Coelho Filho, pode elevar muito a arrecadação da União com bônus do setor, inicialmente prevista

para R\$ 4,5 bilhões. Ele ressalta que medidas adotadas pelo governo, como a mudança nas exigências de conteúdo local, visam aumentar a competitividade do País para atrair investidores internacionais para a disputa.

"Para atrair outras empresas, como a ExxonMobil e outras grandes, e eles estão de olho no pré-sal, a ideia seria colocar novas áreas e, em vez de esperar 2018, fazermos em 2017", diz o ministro ao Broadcast, sistema de notícias em tempo real do Grupo Estado. O governo ainda não tem uma estimativa de arrecadação para essa licitação.

As áreas que serão ofertadas no leilão ainda não foram definidas, mas devem ser apresentadas em fevereiro pela Agência Nacional do Petróleo, Gás e Biocombustíveis (ANP), segundo o ministro. Em março, o governo pretende aprovar o leilão em reunião extraordinária do Conselho Nacional de Política Energética (CNPE). "Assim, podemos marcar a licitação para novembro."

O ministro defende que a antecipação do leilão é a melhor forma de atrair grandes investidores. Em maio, a União fará um leilão de áreas exploratórias em terra (onshore); em junho, serão leiloadas áreas no entorno de quatro blocos já em operação no pré-sal (Carará, Sapinhoá, Tartaruga Verde e Gato do Mato, todas na Bacia de Santos) e, em setembro, haverá a 14.ª rodada de blocos marítimos, mas no pós-sal (mais próximos da superfície, embora alguns também em águas profundas).

O governo não prevê, contudo, novos investidores na licitação de pré-sal marcada para junho, porque são áreas unitizáveis (fazem parte de blocos já explorados onde foi verificado que o reservatório de petróleo se estende para áreas fora do perímetro da concessão).

Limites. Nesses campos, o volume de reservas que ultrapassam os limites geográficos das concessões avança sobre locais que pertencem à União. E, por fazerem parte do polígono do pré-sal, já devem ser exploradas sob outro regime, o de partilha.

Parte desses campos já tem dono. Gato do Mato pertence à Shell, e Carará à Statoil. No fim de 2016, a Petrobrás iniciou negociações para vender 50% de Tartaruga Verde à Karoon Gas Australia, mas a conclusão foi suspensa por uma liminar do sindicato dos petroleiros. O campo de Sapinhoá é da Petrobrás. "Como essas quatro áreas já têm operadores, e para poder explorar a mesma área é preciso ter um acordo com o operador daquela área, provavelmente elas serão arrematadas por quem já é operador ou por quem está negociando com eles."

Embora a Petrobrás possa exercer o direito de preferência para exploração desses campos, retirando essas áreas do leilão, o ministro considera essa possibilidade remota. "A Statoil comprou a parte da Petro-brás no campo de Carcará e já é majoritária. Então, é muito pouco provável que outra empresa compre o entorno de Carcará." Dos R\$ 4,5 bilhões a serem arrecadados com leilões de petróleo e gás, entre R\$ 3 bilhões e R\$ 3,5 bilhões devem vir dessas quatro áreas.

Outras duas licitações, de áreas terrestres, em maio, e a 14.ª rodada do pós-sal, em setembro, devem contribuir com mais R\$ 1 bilhão. Para o ministro das Minas e Energia, o foco do governo será a atração de investimentos de longo prazo. E chegou a fazer um paralelo com a polêmica envolvendo os royalties do petróleo. "Talvez seja melhor receber um pouco menos de royalty e ter muito mais investimento com o sucesso do leilão de novembro." Até hoje, o governo só realizou um leilão no pré-sal. Licitado em 2013, o campo de Libra foi arrematado, sem concorrência, por um consórcio formado pela Petrobrás, Shell, Total e as chinesas CNPC e CNOOC.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Seção: Economia

Autor: A.W.

Título: Governo critica plano do Rio de mudança do cálculo de royalties

Para Ministro de Minas e Energia, é contradição aumentar cobrança no momento em que se quer atrair investidores.

A intenção do governo do Rio de Janeiro de mudar a fórmula de cálculo dos royalties do petróleo para elevar a arrecadação do Estado esbarra na resistência da União. Segundo o ministro de Minas e Energia, Fernando Coelho Filho, seria uma contradição aumentar a cobrança no momento em que o governo adota medidas para aumentar a competitividade do País e atrair investidores. Na avaliação dele, o Rio será mais beneficiado se os leilões de petróleo e gás forem bem sucedidos.

"Todo mundo tem disposição e boa vontade de ajudar o Estado do Rio. Mas essa ajuda não pode inviabilizar a indústria", afirma o ministro. Com os três leilões já marcados para este ano e a antecipação, para novembro, da licitação de pré-sal que ocorreria em 2018, Coelho Filho avalia que o Rio será beneficiado, mesmo que os royalties sejam mantidos no mesmo patamar.

"Talvez seja melhor receber um pouco menos de royalty e ter muito mais investimento com o sucesso do leilão de novembro", diz o ministro. "A

probabilidade de o Rio ser o Estado que mais se beneficiará com a licitação dos campos do pré-sal é muito grande".

Coelho Filho disse que o governo federal tenta encontrar um meio-termo na discussão do assunto com o Rio, mas reiterou que o tema não pode ter como prioridade uma solução para a crise fiscal do Estado.

"Não podemos tratar isso como uma questão arrecadatória, porque estaremos resolvendo um problema de um lado e criando um maior do outro", diz. "Temos ponderado para o Rio que o aumento dos royalties pode ser um alívio momentâneo, mas pode trazer impactos muito maiores a médio e longo prazo, porque o Rio é a casa da indústria de óleo e gás no Brasil." Para o ministro, assegurar investimentos é mais importante do que garantir recursos imediatos. "Sem dúvida os royalties ajudam Estados e municípios, mas quanto há de investimentos na prospecção de um novo campo, de um novo poço?", questiona.

Segundo ele, considerando a carteira atual de investimentos, a Shell deve investir US\$ 10 bilhões no País nos próximos cinco anos, boa parte no Rio. "Se a Shell levar um ou dois campos nos leilões de pré-sal, esse valor aumenta ainda mais, e estamos falando de apenas uma empresa", afirma. A atualização do preço de referência utilizado para o cálculo dos royalties do petróleo foi solicitada pelo governo do Rio no ano passado à Agência Nacional de Petróleo, Gás e Biocombustíveis (ANP), mas o Conselho Nacional de Política Energética (CNPE) suspendeu o processo.

Em contrapartida, o Rio apelou ao Supremo Tribunal Federal (STF), que concedeu liminar para que o processo fosse retomado e estabeleceu audiências de conciliação sobre o tema. O governo federal e o Rio têm até o dia 1.º de março para chegar a um acordo.

Conteúdo local. Estimativas indicam que a mudança poderia render mais R\$ 2 bilhões por ano aos cofres fluminenses. A maior parte do ônus recairia sobre a Petrobrás.

O ministro ressaltou que o governo tem apostado em medidas que auxiliem na retomada do setor, como a flexibilização da política de conteúdo local e a prorrogação do Repetro, regime especial de isenção do imposto de importação, PIS e Cofins na compra de equipamentos para plataformas no exterior.

"A ExxonMobil descobriu na Guiana uma megareserva, e as empresas não deixaram de fazer as explorações por conta do shale gas (gás não convencional) nos Estados Unidos. As atividades de exploração e produção em águas

profundas estão bombando. A gente precisa melhorar as condições de competitividade da indústria no Brasil. E nós estamos muito focados nisso".

MME / ASCOM